

Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas A I

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 15	1,0 cada	16 a 25	0,5 cada	26 a 35	1,0 cada	36 a 70	2,0 cada
Total:30,0						Total:70,0	
Total:100,0							

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização da prova, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar a prova, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA

Contra o estigma da pobreza

O livro **'Vozes do Bolsa Família – Autonomia, dinheiro e cidadania'** traz pesquisa que mergulha no universo dos beneficiários do programa do governo

5 Durante os protestos de junho, alguns cartazes pediam a revogação do direito de voto dos beneficiários do programa Bolsa Família (BF). Tratava-se de um eco dos preconceitos veiculados nas redes sociais depois das eleições de 2010, segundo os quais Dilma só se elegera por causa dos votos das famílias beneficiárias, alegação fartamente desmontada por analistas eleitorais. É provável, contudo, que o BF tenha contribuído para a perda de influência de políticos que aproveitavam a dependência de eleitores extremamente pobres para formar clientelas com favores eventuais e personalizados, financiados com recursos públicos. O caráter universalista e regular do BF despersonaliza o benefício e o transfere do registro da caridade pessoal para o campo da institucionalidade de Estado.

10 A desinformação não se restringe ao campo das paixões políticas. Empresários já manifestaram a opinião de que o BF reduz a procura por empregos e dificulta a contratação, como se desconhecêssem que o valor máximo do benefício é bem inferior ao salário mínimo e que quase metade dos beneficiários é de trabalhadores por conta própria. Alguns estudos mostram, ao contrário, que o BF tem um efeito muito positivo sobre o emprego, ao animar mercados locais de bens e serviços de baixa renda. Também há indícios de que o programa contribuiu para a redução da migração de regiões pobres para grandes cidades, mas o déficit de capacitação dos beneficiados não lhes permitiria disputar vagas oferecidas, por exemplo, pela indústria paulista caso forçados à migração.[...]

15 Os autores do livro *Vozes do Bolsa Família...* partem da hipótese de que os mitos que culpam o acaso ou os próprios pobres pela pobreza secular herdada legitimam a indiferença dos ricos e humilham os pobres até levá-los à resignação ou, mais raramente, à violência. No Brasil, o predomínio de uma visão liberal que culpa os pobres por sua pobreza tem raízes históricas profundas. Seus antecedentes são os estereótipos que taxaram homens livres e pobres como vagabundos depois da Abolição, e que estigmatizavam o escravo como preguiçoso, leniente, lascivo e que, portanto, só trabalharia sob a coerção mais absoluta.

20 A força dos estigmas produziu várias consequências políticas. Primeiro, vetou ou limitou políticas voltadas a reformar os arranjos estruturais que reproduzem a pobreza. Esses arranjos resultam

da privação histórica do acesso à terra, à moradia e a oportunidades de capacitação política, econômica e educacional de grande maioria da população brasileira. Segundo, legitimou ações que mitigavam os efeitos da pobreza através da caridade, mantida no registro do favor a quem é culpado por seu próprio destino e, paradoxalmente, incapacitado de mudá-lo. Terceiro, emudeceu os pobres que internalizaram a imagem depreciativa e os colocou em situação de dependência pessoal do favor, enfraquecidos como sujeitos de direitos e incapacitados de mudar sua situação. Enfim, a ausência de reparação institucional, a carência de capacitações e a internalização da humilhação se reforçaram mutuamente para reproduzir a pobreza.

O BF, por sua vez, transfere o registro da pobreza (e sua atenuação) do campo da caridade pessoal para a esfera da responsabilidade institucional e do direito à cidadania substantiva, ou seja, parte do reconhecimento institucional de uma dívida social e inicia o processo de habilitação de cidadãos. É diferente do assistencialismo tradicional porque, primeiro, assegura regularmente o atendimento de necessidades básicas sem as quais qualquer direito à cidadania é puramente formal. Segundo, exige a contrapartida da frequência escolar e, de fato, reduz o trabalho infantil, a repetência e a baixa escolaridade nas famílias beneficiadas, um arranjo central da reprodução da pobreza e subcidadania. Terceiro, a transferência de dinheiro aumenta a responsabilidade individual e confere uma autonomia mínima antes desconhecida pelas mães beneficiárias.[...]

Os autores defendem que a ampliação dos direitos de cidadania seria reforçada se as prefeituras não se limitassem a cadastrar as beneficiárias mas criassem canais de interlocução e controle social do programa. Afinal, o BF não assegura nem a solução do problema da pobreza nem a formação de uma cultura de cidadania ativa, embora seja o primeiro passo indispensável para ambas. Seu principal efeito, argumentam, não é o de superar o círculo vicioso da pobreza, mas iniciar um círculo virtuoso dos direitos, em que a expansão de um direito dá origem a reivindicações por outros direitos, em uma luta pelo reconhecimento da legitimidade de novas expectativas. Se estiverem certos, os filhos das famílias beneficiárias não apenas terão mais capacitações que os pais para cruzar as portas de saída do programa. Nos protestos de rua e de campo no futuro, portarão os cartazes que os pais estiveram incapacitados de escrever.

BASTOS, P.P.Z. Contra o estigma da pobreza. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/vozes-da-pobreza-1525.html>>. Acesso em: 26 set. 2013. Adaptado.

1

A referência a alguns cartazes presentes nas manifestações de junho deste ano, no primeiro parágrafo, tem como objetivo acentuar a seguinte contribuição do livro resenhado:

- (A) propor compreensão acerca dos principais movimentos da juventude pobre.
- (B) responder a um conjunto de visões consideradas preconceituosas sobre a pobreza.
- (C) enfatizar a exclusão de setores populares em decorrência do analfabetismo.
- (D) indicar o choque de gerações vivenciado entre beneficiários do Bolsa Família.
- (E) ressaltar a necessidade da ampliação de vagas nas escolas públicas de periferia.

2

As características apontadas pelo texto como principais para assegurar a institucionalização do Bolsa Família são o

- (A) atendimento universal e a regularidade do benefício
- (B) pagamento de dívida social e o assistencialismo pontual
- (C) reforço dos mercados locais e o incentivo à migração
- (D) combate à corrupção e a mobilização eleitoral
- (E) cadastramento personalizado e o predomínio da visão liberal

3

De acordo com o autor do texto, um efeito do Bolsa Família no processo eleitoral pode ter sido o seguinte:

- (A) sucesso garantido da candidata do governo que o instituiu como política.
- (B) ampliação das bases de sustentação da bancada ruralista no Congresso.
- (C) perda de influência daqueles que se aproveitam da pobreza extrema.
- (D) inclusão de setores vulneráveis no programa em troca de apoio irrestrito.
- (E) manutenção da lógica do clientelismo na contratação de cabos eleitorais.

4

Uma das vantagens apontadas pelo livro resenhado no texto, em relação ao funcionamento do programa BF, é a responsabilização individual, que teria a possibilidade de romper arranjos estruturais de reprodução da pobreza através das gerações.

Dois elementos primordiais, presentes no 5º parágrafo, que garantem essa reprodução são:

- (A) pouca aptidão para o trabalho e informalidade
- (B) violência no campo e resignação pessoal
- (C) voto de cabresto e descrença individual
- (D) baixa escolaridade e trabalho infantil
- (E) favorecimento eleitoral e desinformação

5

A estratégia utilizada na defesa do ponto de vista exposto no quarto parágrafo pode ser sintetizada da seguinte forma:

- (A) sustentação de ideia geral baseada em evidências
- (B) narrativa histórica de casos pessoais
- (C) apoio na apresentação de ideias contraditórias
- (D) explicitação de hipóteses plausíveis e alternativas
- (E) elaboração de um dilema a partir de enumeração

6

Em “Segundo, legitimou ações que **mitigavam** os efeitos da pobreza através da caridade, mantida no registro do favor” (ℓ. 52-54), a palavra em destaque pode ser substituída, mantendo o sentido global da frase, por:

- (A) acreditavam
- (B) intensificavam
- (C) atribuíam
- (D) rejeitavam
- (E) abrandavam

7

No trecho “estigmatizavam o escravo como preguiçoso, leniente, lascivo e que, portanto, só **trabalharia** sob a coerção mais absoluta” (ℓ. 42-44), a forma verbal destacada tem o papel de

- (A) reiterar a polidez própria ao gênero textual adotado.
- (B) indicar um fato histórico considerado provável pelo autor.
- (C) manifestar um distanciamento do autor em relação ao conteúdo.
- (D) ressaltar frequência na circulação de imagens negativas.
- (E) destacar a duração pontual de uma ação no passado.

8

Um exemplo do texto em que a palavra destacada estabelece sentido de hipótese está em:

- (A) “É provável, **contudo**, que o BF tenha contribuído para a perda de influência de políticos.” (ℓ. 8-10)
- (B) “o **deficit** de capacitação dos beneficiados não lhes permitiria disputar vagas oferecidas, por exemplo, pela indústria paulista **caso** forçados à migração.” (ℓ. 29-31)
- (C) “e que, **portanto**, só trabalharia sob a coerção mais absoluta.” (ℓ. 43-44)
- (D) “o BF não assegura nem a solução do problema da pobreza nem a formação de uma cultura de cidadania ativa, **embora** seja o primeiro passo indispensável para ambas.” (ℓ. 85-88)
- (E) “Seu principal efeito, argumentam, não é o de superar o círculo vicioso da pobreza, **mas** iniciar um círculo virtuoso dos direitos, em que a expansão de um direito dá origem a reivindicações por outros direitos.” (ℓ. 88-92)

9

No trecho “**Seus** antecedentes são os estereótipos que taxaram homens livres e pobres como vagabundos depois da Abolição, e que estigmatizavam o escravo como preguiçoso” (ℓ. 39-42), o vocábulo destacado estabelece vínculo entre a palavra “antecedentes” e uma expressão que a precede.

Essa expressão é:

- (A) os autores
- (B) o acaso
- (C) pobreza secular
- (D) indiferença dos ricos
- (E) predomínio de uma visão liberal

10

A língua oferece recursos de criação de palavras que, embora não constem dos dicionários, servem para expressar noções novas, muitas vezes agregando um julgamento ou opinião, a partir da palavra que serviu de base.

O exemplo do texto que configura esse tipo de criação, voltado para a construção de uma crítica, está em:

- (A) beneficiárias (ℓ. 7)
- (B) universalista (ℓ. 13)
- (C) capacitação (ℓ. 29)
- (D) subcidadania (ℓ. 77)
- (E) legitimidade (ℓ. 93)

11

A expressão isolada por vírgula é empregada claramente para reforçar um ponto de vista do autor do texto no seguinte exemplo:

- (A) “Durante os protestos de junho, alguns cartazes pediam a revogação do direito de voto dos beneficiários do programa Bolsa Família” (ℓ. 1-3)
- (B) “não lhes permitiria disputar vagas oferecidas, por exemplo, pela indústria paulista caso forçados à migração” (ℓ. 29-31)
- (C) “Primeiro, vetou ou limitou políticas voltadas a reformar os arranjos estruturais que reproduzem a pobreza” (ℓ. 46-48)
- (D) “Enfim, a ausência de reparação institucional, a carência de capacitações e a internalização da humilhação se reforçaram mutuamente para reproduzir a pobreza” (ℓ. 60-63)
- (E) “exige a contrapartida da frequência escolar e, de fato, reduz o trabalho infantil” (ℓ. 73-75)

12

“Seu principal efeito, **argumentam**, não é o de superar” (ℓ. 88-89).

No exemplo acima, a oração intercalada em destaque tem a função de assinalar que a(o)

- (A) fala não pertence ao autor
- (B) afirmação exige ressalva
- (C) explicação é indispensável
- (D) raciocínio parte da observação
- (E) argumento não é decisivo

13

O mecanismo da concordância verbal contribui para a coesão e para o entendimento dos textos, porque garante que os termos a que se referem os verbos possam ser facilmente resgatados pelo leitor, mesmo quando enunciados em períodos diferentes.

O exemplo do texto em que a concordância permite identificar o sujeito de um verbo, presente em outro período, é:

- (A) “É provável, contudo, que o BF tenha contribuído para a perda de influência” (ℓ. 8-9)
- (B) “Também há indícios” (ℓ. 26-27)
- (C) “Primeiro, vetou ou limitou políticas voltadas a reformar os arranjos estruturais” (ℓ. 46-47)
- (D) “a transferência de dinheiro aumenta a responsabilidade individual” (ℓ. 77-79)
- (E) “os cartazes que os pais estiveram incapacitados de escrever” (ℓ. 98-99)

14

A construção do sentido do trecho abaixo se apoia em um jogo de palavras que envolve os complementos verbais destacados.

“Seu principal efeito, argumentam, não é o de superar **o círculo vicioso da pobreza**, mas iniciar **um círculo virtuoso dos direitos**” (ℓ. 88-91)

Nesses complementos, o núcleo (“círculo”) é idêntico, enquanto os adjuntos adnominais são diferentes.

Essa diferença sugere principalmente uma oposição entre sentidos caracterizados como:

- (A) negativo x positivo
- (B) abstrato x concreto
- (C) possível x utópico
- (D) coletivo x individual
- (E) passado x presente

15

As proparoxítonas recebem, por regra, acento gráfico.

Um exemplo de palavra do texto acentuada por esse motivo é:

- (A) contribuído
- (B) caráter
- (C) através
- (D) hipótese
- (E) indispensável

LÍNGUA INGLESA

Text I

Better Living Standards

April 16, 2013

Despite discussion to the contrary, the best available economic evidence suggests that immigration expands the economic opportunities and incomes of Americans and helps reduce the budget deficit.

Recent research suggests that immigration raises wages and lowers prices for consumers throughout the economy. For American business owners, immigrants are both new sources of customers and employees, helping to expand production using American resources and know-how in sectors ranging from farming to technology. For American workers, the data suggest that rather than competing for identical jobs, immigrants tend to work alongside and in support of American workers, creating more and better job opportunities.

Results from recent cutting-edge economics research on the impact of immigration on wages show small but positive effects of immigration on American wages as a whole. The evidence becomes more mixed, though, when looking at specific groups of workers. While some studies show large negative impacts of immigration on low-skill workers, other estimates find that immigration raises the wages of all US workers, regardless of education. As further evidence supporting the second set of findings, one study that examines a period of rapid immigration finds that immigrants do not cause declines in wages, even among less-skilled residents.

Most studies also find that over time immigrants improve the finances of programs like Social Security and can actually help reduce the budget deficit.

And these are only the direct measured effects of immigration on individual wages, employment and the budget. Immigrants, particularly higher-skilled immigrants, start more businesses and participate in scientific and other research at higher rates than native-born Americans. These other findings hint at additional potential benefits of more immigration, including increases in innovation that could help boost overall economic growth. The high fraction of innovative Silicon Valley start-ups founded by immigrants are an important example of this point.

These potential additional boosts to economic growth are not necessary to make a case for more immigration. The evidence on the direct effects of immigration — higher wages, lower prices and net taxes — shows that immigration raises standards of living for Americans.

Text II

Comments from readers of Text I

1. April 17, 2013 at 7:03 p.m., Florianopolis - SC - Brasil
Comment sent by U. N.

The experience of field research in LA while living in the US gave me two insights in support of the thesis defended by the researchers.

- First, even poor campesinos from El Salvador can prosper in the US. They send their kids to school, learn English as a second language, start a small business or do work shunned by Americans.

- The question is why a poor El Salvadorean can become a valuable citizen in the US and not in his native country? The US economic and social systems are set up to provide opportunity for immigrants to prosper. Immigration is the engine of growth and prosperity of the American economy.

- The second argument is counter factual. Countries closed to immigration lag behind those opened to foreign skill and knowledge. Take the case of Brazil. In the 19th century, many predicted Brazil would become a world power along with the US.

- The US became a major world superpower and Brazil continues to be an emerging market with a sub par educational system and illiterate population. There are many reasons and factors that could explain Brazil's backwardness. One, however, stands out. The country is closed to immigration, even badly needed high skilled foreign professionals in dynamic sectors of the economy.

- The Brazilian economy in 2013 is stagnated with the lowest rate of labor productivity among the BRICS. Lack of qualified foreign workers + poor quality of schools are the MAIN factor preventing Brazil to become a developed country in this century.

2. April 17, 2013 at 9:42 a.m., Dover - NJ - USA
Comment sent by T. McK.

- I really wish these writers would look at real jobs and real industries. However the data looks overall, certain jobs that were once routinely done by lower middle class workers, such as gardening, waiting at table, construction labor and so on, are almost all done by immigrants, especially illegals. And part of the reason is the poor enforcement of wage laws, and the existence of a cash economy. It may be that these jobs are now forever changed, but since we have such poor opportunities for the working class, it seems a shame to lose a class of work that had formerly been available.

- For decades now, the elites (economists and social thinkers of all sorts) have told us that globalization will bring benefits. And it has, to them. But we have lost much of what provided a way of life for working folks, each time promising them that it will get better.

3. April 17, 2013 at 9:22 a.m., Dayton - Ohio - USA
Comment sent by J. I.

50 I don't see how the authors' data support their case, in large part because they've neglected a critical issue-- precisely what kind of immigration are we talking about?

55 If immigration law requires that immigrants be paid a fair wage, have the right to vote and enjoy legal protections against abusive workplaces, and these are truly enforced, then yes, it's reasonable to expect that immigrants would indeed boost living standards for both native-born and immigrant Americans alike.

60 But if immigrants are instead brought in as low-wage replacements for American workers, not allowed the right to vote or forced to ten or more years to gain it, and especially if employers have control over their visas and work situations, then living standards are
65 severely damaged for both immigrants and native-born Americans, that is for everyone but the 0.1% wealthiest Americans who benefit from cheap labor.

Available at: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/04/16/the-economics-of-immigration/expanded-immigration-improves-living-standards>>. Access on: Sept. 4th, 2013. Adapted.

16

The author's main claim in Text I is that

- (A) higher standards of living in the US have attracted more immigrants from neighboring countries.
- (B) American salaries have risen because of the low-skilled immigrants that have left the US.
- (C) the increase of immigrant population in the USA has benefitted the economy and created more job opportunities.
- (D) the additional influx of immigrant workers and professionals had a positive impact on the educational standards of Americans.
- (E) more businesses and high-technology enterprises take advantage of undereducated workers moving into the US.

17

According to Text I, studies have **NOT** proved that

- (A) high immigration rates lead to a decline in economic growth and affect the citizens' standards of living by reducing the prices of goods.
- (B) higher rates of immigration help support national welfare programs because the foreign population expands the share of contributors to these programs.
- (C) wages are not reduced even when the country experiences high rates of immigrant populations in all educational levels.
- (D) foreign professionals have set up many successful IT start-ups and integrated research projects contributing to scientific development.
- (E) more innovation efforts are seen in the economy when a large number of high-skilled professionals are attracted to the country.

18

In the excerpt of Text I: "other estimates find that immigration raises the wages of all US workers, regardless of education" (lines 23-25), **regardless of**, is substituted, without change in meaning, by

- (A) as a result of
- (B) because of
- (C) except for
- (D) despite
- (E) due to

19

In Texts I and II, in terms of reference, one notices that

- (A) **other** (Text I, line 23) refers to **impacts** (Text I, line 23).
- (B) **these** (Text I, line 33) refers to **programs** (Text I, line 31).
- (C) **them** (Text II, line 46) refers to **working folks** (Text II, line 48).
- (D) **it** (Text II, line 48) refers to **way of life** (Text II, line 47).
- (E) **these** (Text II, line 56) refers to **workplaces** (Text II, line 56).

20

In Texts I and II, in terms of meaning, one notices that

- (A) **cutting-edge** (Text I, line 17) and **vanguard** convey opposite meanings.
- (B) **further** (Text I, line 25) and **additional** have equivalent meanings.
- (C) **actually** (Text I, line 32) and **nowadays** are synonyms.
- (D) **boost** (Text I, line 41) and **raise** are antonyms.
- (E) **sub par** (Text II, line 21) and **extraordinary** express similar ideas.

21

In Text II, the sentence that expresses the idea of absolute certainty in the future is

- (A) "even poor campesinos from El Salvador can prosper in the US" (lines 4-5)
- (B) "many predicted Brazil would become a world power" (lines 17-18)
- (C) "There are many reasons and factors that could explain Brazil's backwardness" (lines 22-23)
- (D) "It may be that these jobs are now forever changed" (lines 39-40)
- (E) "globalization will bring benefits" (line 46)

22

In the excerpts of Text II: "The US economic and social systems are set up to provide opportunity for immigrants to prosper" (lines 10-12) and "if immigrants are instead brought in as low-wage replacements for American workers" (lines 60-61) **set up** and **brought in** mean, respectively,

- (A) established – introduced
- (B) ignored – incorporated
- (C) organized – discarded
- (D) forbidden – eliminated
- (E) created – returned

23

In the excerpt of Text II: "living standards are severely damaged for both immigrants and native-born Americans, that is for everyone but the 0.1% wealthiest Americans who benefit from cheap labor" (lines 64-67), **that is** introduces a(n)

- (A) contrast
- (B) solution
- (C) hypothesis
- (D) addition
- (E) explanation

24

U.N., who wrote Comment 1 in Text II, defends that

- (A) a country becomes a superpower when it takes up in its workforce more qualified immigrant professionals and rejects unskilled workers.
- (B) low-skilled immigrants to the US find more opportunities to prosper than they would in their countries of origin.
- (C) Brazil is still an emerging country because it has closed its doors to immigration of unskilled workers from South American countries.
- (D) Brazil offers its immigrant population appropriate educational conditions to become valuable citizens.
- (E) Brazil's illiterate population and El Salvador's immigrants to the US have no opportunity to prosper and help the countries' economic growth.

25

When relating the ideas in Text I with those in Text II, one concludes that the

- (A) author of Comment 1, U.N., has a view that is contrary to that manifested by the author of Text I in terms of a country's economic standards.
- (B) author of Comment 2, T. McK, supports the argument on the relation between economic growth and foreign workforce exposed in Text I.
- (C) author of Comment 1, U.N., and the author of Comment 3, J.I., side with the author of Text I about immigration and economic development.
- (D) authors of Comments 2 and 3, T. McK and J.I., respectively, oppose the view on the relation between economic development and rates of immigration expressed in Text I.
- (E) three commentators agree with the perspective on the importance of immigration defended by the author of Text I.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

26

Aldo, Baldo e Caldo estavam assistindo ao jogo da seleção brasileira de futebol num bar. No jogo, o Brasil não tomou gol, e nenhum jogador brasileiro fez mais de um gol. No fim do jogo, Paulo entra no bar e pergunta quem fez gol pela seleção brasileira e obtém as seguintes respostas:

Aldo: Foi Pato ou Neymar.

Baldo: Foi Paulinho ou não foi o Pato.

Caldo: Foi Fred ou não foi o Neymar.

Paulo sabia que Fred não havia participado do jogo devido a uma lesão; que apenas os jogadores citados poderiam ter feito gol, e que Aldo, Baldo e Caldo falaram a verdade.

Quantos gols o Brasil fez no jogo?

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4

27

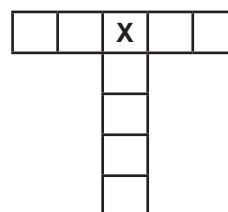
Sejam p_1, p_2, p_3, p_4, p_5 e c proposições verdadeiras.

Assim, é **FALSA**

- (A) $p_1 \wedge p_2 \wedge p_3 \wedge p_4 \wedge p_5 \rightarrow c$
- (B) $\neg c \rightarrow \neg p_1 \vee \neg p_2 \vee \neg p_3 \vee \neg p_4 \vee \neg p_5$
- (C) $\neg p_1 \vee \neg p_2 \vee \neg p_3 \vee \neg p_4 \vee \neg p_5 \wedge c$
- (D) $\neg p_1 \vee \neg p_2 \vee \neg p_3 \vee \neg p_4 \vee \neg p_5 \vee c$
- (E) $p_1 \vee p_2 \vee p_3 \vee p_4 \vee p_5 \vee \neg c$

28

Se os algarismos de 1 a 9 forem colocados, sem repetição, nos quadrados da Figura a seguir, de modo que a soma dos algarismos dispostos na horizontal seja 30 e a soma dos algarismos dispostos na vertical seja 22, qual é o algarismo que ocupará o lugar do X?



- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

29

Arthur, Bernardo e Carlos são os novos recrutas de um navio. As tarefas de cozinha e faxina serão atribuídas a dois deles e um ficará de folga. O capitão do navio pediu que cada um deles fizesse uma afirmação sobre as tarefas e as afirmações foram:

Arthur: Eu ficarei com a folga.

Bernardo: Eu não ficarei com a folga.

Carlos: Eu não farei faxina.

Ao ouvir as três afirmações, o capitão declarou que apenas um deles havia falado a verdade.

A atribuição correta das tarefas é

- (A) Arthur – Cozinha; Bernardo – Folga; Carlos – Faxina
- (B) Arthur – Folga; Bernardo – Cozinha; Carlos – Faxina
- (C) Arthur – Faxina; Bernardo – Cozinha; Carlos – Folga
- (D) Arthur – Faxina; Bernardo – Folga; Carlos – Cozinha
- (E) Arthur – Folga; Bernardo – Faxina; Carlos – Cozinha

30

Num concurso, cada um dos 520 candidatos inscritos fez uma prova de português e uma de matemática. Para ser aprovado, o candidato deve ser aprovado em ambas as provas. O número de candidatos que foi aprovado em matemática é igual ao triplo do número de candidatos aprovados no concurso, e o número de candidatos aprovados em português é igual ao quádruplo do número de candidatos aprovados no concurso. O número de candidatos não aprovados em nenhuma das duas provas é igual a metade do número de candidatos aprovados no concurso.

Quantos candidatos foram aprovados ao todo?

- (A) 60
- (B) 80
- (C) 100
- (D) 120
- (E) 130

31

Dois eventos A e B, independentes, são tais que $P(A) > P(B)$,

$$P(A \cap B) = \frac{1}{3} \text{ e } P(A \cup B) = \frac{5}{6}.$$

O valor de $P(A^c \cap B)$ é dado por

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{1}{2}$
- (C) $\frac{1}{4}$
- (D) $\frac{1}{6}$
- (E) $\frac{2}{3}$

32

De uma população de interesse, extrai-se uma amostra aleatória de três elementos, cuja média é 8, a mediana é 7 e a amplitude total é 7.

O desvio padrão amostral é dado por

- (A) $\sqrt{\frac{22}{3}}$
- (B) $\sqrt{\frac{26}{3}}$
- (C) $2\sqrt{2}$
- (D) $\sqrt{11}$
- (E) $\sqrt{13}$

33

Para se estimar a média de uma população com desvio padrão 15, foi retirada uma amostra de tamanho n, obtendo-se o seguinte intervalo de confiança:

$$P(7,06 \leq \mu \leq 12,94) = 0,95$$

Sendo os valores críticos tabelados $z_{0,05} = 1,65$ e $z_{0,025} = 1,96$, o tamanho da amostra n e o erro padrão da estimativa $EP(\bar{X}_n)$ são dados por

- (A) $n = 100$ e $EP(\bar{X}_{100}) = 1,5$
- (B) $n = 100$ e $EP(\bar{X}_{100}) = 2,94$
- (C) $n = 81$ e $EP(\bar{X}_{81}) = 1,5$
- (D) $n = 71$ e $EP(\bar{X}_{71}) = 2,94$
- (E) $n = 71$ e $EP(\bar{X}_{71}) = 1,5$

34

Seja X uma variável aleatória com distribuição normal cuja média é μ e o desvio padrão é σ .

Se $Y = 2X - 1$ tem distribuição normal com média 5 e variância 20, o coeficiente de variação populacional $\frac{\sigma}{\mu}$ vale

- (A) $\frac{\sqrt{42}}{6}$
- (B) $\frac{\sqrt{21}}{6}$
- (C) $\frac{\sqrt{5}}{3}$
- (D) $\frac{\sqrt{39}}{9}$
- (E) $\frac{4\sqrt{5}}{9}$

35

Uma população tem distribuição regida pela função de densidade de probabilidade dada por

$$f(x|\theta) = \begin{cases} \frac{\theta \cdot 2^\theta}{x^{\theta+1}}, & \text{se } x \geq 2 \\ 0, & \text{se } x < 2 \end{cases}$$

onde θ é um parâmetro desconhecido. Uma amostra de tamanho 3 é selecionada, obtendo os valores 2, 3 e 3.

À luz da mostra obtida, a estimativa de máxima verossimilhança para θ é dada por

- (A) $\frac{8}{3}$
- (B) $\frac{3}{\ln(9/4)}$
- (C) $\frac{8}{\ln 18}$
- (D) $\frac{3}{\ln 8}$
- (E) $3\sqrt{2}$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

Uma faculdade privada convocou cinco professores para discutirem medidas a serem tomadas em relação ao regime de trabalho docente, de modo a habilitar a instituição a obter o estatuto de universidade, com fulcro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Na reunião, os cinco professores divergiram quanto à parcela mínima de docentes da instituição que deveria ser contratada em regime de tempo integral para atender aos requisitos da Lei. Para o professor A, essa parcela seria de 2/3 sobre o total de professores contratados pela instituição; para o professor B, essa parcela seria de 1/2; para o professor C, seria de 1/3; para o professor D, seria de 1/4; finalmente, para o professor E não existiria exigência legal sobre de quanto deveria ser essa parcela.

Está em conformidade com a Lei nº 9.394/96 a posição defendida pelo professor

- (A) A
- (B) B
- (C) C
- (D) D
- (E) E

37

Conforme o artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as instituições públicas de educação superior, obedecendo ao princípio da gestão democrática, devem assegurar a existência de órgãos colegiados deliberativos.

Segundo essa Lei, o percentual de ocupação dos assentos por parte dos docentes da instituição, em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentos, bem como da escolha de dirigentes, é de

- (A) 30% (B) 40% (C) 50% (D) 60% (E) 70%

38

Os cursos de especialização são parte da realidade da educação superior brasileira, sendo inúmeras as instituições que os oferecem para as mais diferentes áreas. Visando a normatizar a sua oferta, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução 01, de 08 de junho de 2007, definiu a duração desses cursos.

Segundo essa resolução, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso, a duração mínima de cursos de especialização será, em horas, de

- (A) 360 (B) 420 (C) 460 (D) 520 (E) 560

39

Elaborado sob a responsabilidade da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Plano Nacional de Pós-Graduação PNPG 2011-2020 apresenta um conjunto de recomendações dentre as quais, podemos citar:

- (A) a contratação de consultores internacionais para acompanharem a avaliação dos cursos aos quais foram atribuídas as notas 6 e 7.
- (B) o alongamento da periodicidade da avaliação dos cursos com menos de três anos de existência e daqueles a que foram atribuídas notas de 3 a 5.
- (C) a avaliação, pelos coordenadores de programas, da produção intelectual de docentes de áreas de conhecimento distintas das suas de origem.
- (D) a restrição de debates referentes ao *ethos* do intelectual, pesquisador, técnico e cientista que as universidades se incumbem de formar.
- (E) o estabelecimento de critérios de avaliação diferentes para os programas e cursos que não se destinam a produzir pesquisa em alto nível.

40

Conforme o Art. 5º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade é

- (A) componente curricular facultativo dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.
- (B) componente curricular facultativo dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante sua situação regular com relação a essa obrigação e nota obtida, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.
- (C) componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.
- (D) componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante sua situação regular com relação a essa obrigação e nota obtida, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.
- (E) componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante sua situação regular com relação a essa obrigação e nota obtida, atestada pela sua efetiva participação sem possibilidade de dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

41

Encaminhado ao Congresso Nacional pelo Governo Federal em dezembro de 2010, o Plano Nacional de Educação 2011-2020, segundo o Ministério da Educação, apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Entre as diretrizes apresentadas estão:

- (A) erradicação do analfabetismo; valorização dos profissionais da educação; ampliação da presença de órgãos não estatais no sistema público de ensino
- (B) melhoria da qualidade do ensino; a aplicação de recursos públicos na educação desvinculada de proporção do produto interno bruto; difusão da gestão democrática da educação
- (C) formação para o trabalho; superação das desigualdades educacionais; padronização dos currículos da educação básica
- (D) expansão da educação a distância; promoção do acesso a tecnologias de informação e comunicação; difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade
- (E) universalização do atendimento escolar; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do País

42

O Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, em seu art. 3º, determina que as competências para tais funções serão exercidas pelos seguintes órgãos:

- (A) Ministério da Educação, Conselho Estadual de Educação – CEE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes
- (B) Ministério da Educação, Conselho Estadual de Educação – CEE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes
- (C) Ministério da Educação, Conselho Estadual de Educação – CEE, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- (D) Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes
- (E) Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes

43

A Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara do Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, define em seus artigos 4º e 5º a qualificação mínima necessária ao corpo docente.

Para a Instituição adequar-se a essa normatização, deverá assegurar-se de que, em seus cursos de especialização, pelo menos

- (A) 80% (oitenta por cento) do corpo docente possuam certificado de especialização ou de notório saber expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.
- (B) 70% (setenta por cento) do corpo docente possuam título de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.
- (C) 70% (setenta por cento) do corpo docente possuam título de mestre ou doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.
- (D) 50% (cinquenta por cento) do corpo docente possuam título de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.
- (E) 40% (quarenta por cento) do corpo docente possuam título de doutor obtido em programa de pós-graduação brasileiro ou em país signatário de convênio de cooperação internacional.

44

Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- (A) carga horária mínima anual de setecentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver
- (B) carga horária mínima anual de setecentas e cinquenta horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver
- (C) carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver
- (D) carga horária mínima anual de oitocentas e cinquenta horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver
- (E) carga horária mínima anual de novecentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos e vinte dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver

45

Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades, tendo como um de seus princípios norteadores:

- (A) o estabelecimento de estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento
- (B) a garantia do cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas
- (C) a coleta, a análise e a disseminação de informações sobre a educação
- (D) a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola
- (E) a permanente articulação da escola com as famílias dos alunos, criando processos de integração permanente

46

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação, considera no processo de avaliação dos programas e cursos *stricto sensu* de pós-graduação a atuação do corpo docente.

Segundo a Portaria 001/2012, de 04 de janeiro de 2012, o contingente de professores dos programas e cursos *stricto sensu* vinculados à instituição pelo regime de dedicação integral deve, em instituições caracterizadas pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho, ser dimensionado, considerando o total do corpo docente, em proporção

- (A) majoritária
- (B) de um terço, no mínimo
- (C) de um quarto, no mínimo
- (D) variável, dependendo da região
- (E) variável, dependendo do porte da instituição

47

Uma universidade está-se preparando para a avaliação pelo Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Sua reitoria convocou uma reunião dos professores para estes se organizarem para a avaliação. Durante a reunião, os professores manifestaram entendimentos diferentes quanto aos procedimentos e instrumentos obrigatoriamente utilizados na avaliação dos cursos de graduação.

O consenso só foi atingido após consulta à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual determina que a avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais, obrigatoriamente,

- (A) a autoavaliação do corpo discente
- (B) levantamento das demandas sociais
- (C) o levantamento cadastral dos estudantes
- (D) o levantamento do corpo docente, mediante os currículos lattes
- (E) as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento

48

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, dentro da perspectiva de assegurar um processo nacional de avaliação dos cursos de graduação brasileiros e do desempenho acadêmico das diferentes instituições de educação superior do país, tem como objetivos, além de identificar mérito e valor de instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação, os objetivos de melhorar a qualidade da educação superior e, ainda,

- (A) orientar a expansão da oferta, promover a responsabilidade social das instituições de educação superior, respeitando a identidade institucional e a autonomia.
- (B) promover a expansão da oferta, criar novas linhas de pesquisa, respeitando a identidade institucional e a autonomia.
- (C) conter a expansão da oferta, promover a responsabilidade social das instituições de educação superior, respeitando a identidade institucional e a autonomia.
- (D) criar novos cursos tecnológicos e sequenciais, promover a responsabilidade social das instituições de educação superior, respeitando a identidade institucional e a autonomia.
- (E) elaborar as diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE, promover a responsabilidade social das instituições de educação superior, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

49

A expansão do ensino superior no Brasil tem ocorrido em ritmo constante, especialmente a partir da primeira década do atual século, sendo, em parte, resultante de ações e de programas ministeriais que têm por objetivos ampliar a oferta de vagas em cursos de graduação e a permanência de estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior federais.

Pode-se citar como dois exemplos de programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação com os objetivos mencionados:

- (A) Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e Programa de Reestruturação Curricular (ProRec)
- (B) Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa de Reestruturação Curricular (ProRec)
- (C) Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
- (D) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)
- (E) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Programa de Extensão Universitária (ProExt)

50

A ampliação da demanda por educação superior observada nas últimas décadas no Brasil resultou no aumento do número de cursos e instituições de ensino superior. A qualidade do ensino ofertado passou, com efeito, a constituir tema de preocupação da sociedade e do Estado. Por consequência, a autorização e o credenciamento de cursos de graduação e de cursos sequenciais tem sido objeto de nova regulamentação, por parte de órgãos do Ministério da Educação.

Nesse sentido, compete à Secretaria de Educação Superior

- (A) homologar deliberações do Conselho Nacional de Educação (CNE) em pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior.
- (B) homologar os instrumentos de avaliação elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- (C) homologar as deliberações e os pareceres da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).
- (D) instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior.
- (E) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos relativos ao sistema de ensino nacional.

51

O Conselho Nacional de Educação, por meio de Resolução de 3 de abril de 2001 (Resolução CNE/CES Nº 1/2001) normatizou o funcionamento de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) oferecidos por instituição de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível.

Essa Resolução estabelece que o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* por tais instituições

- (A) depende da comprovação de prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso.
- (B) depende de comprovação de prévia existência de curso de graduação plena na área de conhecimento do curso.
- (C) depende de autorização do Conselho de Classe que regulamenta a profissão envolvida na área de conhecimento do curso.
- (D) depende de comprovação de demanda para o curso, atestada por instituto de pesquisa idôneo.
- (E) independe de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e deve atender ao disposto nesta Resolução.

52

A importância dos dados estatísticos referentes à formação de mestres e doutores no país e no exterior, destinados à definição de novas políticas para a pós-graduação no Brasil, veio a exigir maior precisão desses dados.

Nesse sentido, seguindo o prescrito na Portaria nº 099, de 21 de dezembro de 2005, os programas de pós-graduação, acompanhados e avaliados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, deverão, em meio eletrônico

- (A) informar anualmente o número de diplomas obtidos por estudantes aos quais foi concedida bolsa de Doutorado-Sanduiche SWE, em ano anterior, para qualificação e aprofundamento teórico e para o desenvolvimento de experimento científico.
- (B) informar anualmente o número de diplomas de mestrado e de doutorado outorgados por instituição de ensino superior estrangeira, reconhecidos no ano anterior, de acordo com o disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- (C) informar bianualmente o número de solicitações de reconhecimento de diplomas e certificados de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* outorgados por instituição de ensino superior estrangeira, nos dois últimos anos.
- (D) informar bianualmente o número de diplomas de mestrado e de doutorado obtidos por estudantes estrangeiros inscritos mediante convênio internacional estabelecido pelo Ministério da Educação ou pelo Ministério das Relações Exteriores.
- (E) apresentar informações sobre solicitações apresentadas de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado outorgados por instituição de ensino superior estrangeira, em anos anteriores ao da publicação da Portaria.

53

Desde o final do século XX, acompanhando tendências internacionais, a avaliação da educação superior se tem constituído mais intensamente em preocupação do Ministério da Educação.

Dentre os vários instrumentos de avaliação institucional que têm sido objeto de discussão de especialistas desse campo de conhecimento, o da autoavaliação, no que concerne ao Ministério da Educação, se caracteriza por

- (A) não ser mais adotado pelo órgão, visto só permitir percepções positivas da instituição avaliada sobre si mesma.
- (B) ser adotado pelo órgão unicamente em situações de excepcionalidade, ou seja, quando é impossível o envio de avaliadores externos.
- (C) ser adotado pelo órgão exclusivamente no processo de avaliação de instituições dotadas de programa de pós-graduação *stricto sensu*.
- (D) ser adotado pelo órgão exclusivamente no processo de avaliação e instituições submetidas a, pelo menos, três avaliações externas.
- (E) ser adotado pelo órgão, sendo incorporado ao conjunto dos demais instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação.

54

A atual expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Conforme o referido Decreto, o Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para

- (A) 50% ao final de uma década, a contar do início de cada plano
- (B) 70% ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano
- (C) 80% ao final de seis anos, a contar do início de cada plano
- (D) 90% ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano
- (E) 100% ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano

55

Os docentes integrantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* são enquadrados em diferentes categorias conforme determinação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), expressa em Portaria de 4 de janeiro de 2012 (Portaria Capes nº 2/2012).

Segundo esse documento, no seu artigo 2º, ocupam posição de relevância os denominados “docentes permanentes”, os quais, para assim serem enquadrados, além de ter vínculo funcional-administrativo, devem atender aos seguintes pré-requisitos:

- (A) desenvolver atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; participar de projetos de pesquisa do programa; orientar alunos dos cursos do programa, desde que devidamente credenciados, como orientadores, por instância competente da instituição.
- (B) desenvolver atividades de ensino na pós-graduação; orientar alunos dos cursos do programa, desde que devidamente credenciados como orientadores por instância competente da instituição; exercer função de diretor de pesquisa.
- (C) desenvolver atividades de ensino na pós-graduação; participar de projetos de pesquisa do programa; receber fomento de agência de pesquisa nacional sob a forma de bolsa ou apoio financeiro a projeto de pesquisa.
- (D) receber subsídio ou bolsa de agência de pesquisa; participar de projetos de pesquisa do programa; orientar alunos dos cursos do programa, desde que devidamente credenciados, como orientadores por instância competente da instituição.
- (E) desenvolver as atividades de extensão do programa; participar de projetos de pesquisa do programa; orientar alunos dos cursos do programa desde que devidamente credenciados, como orientadores por instância competente da instituição.

56

Alterando disposições presentes anteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, regulamentou a ampliação do ensino fundamental. Esta ampliação, de acordo com as orientações gerais da Coordenação Geral do Ensino Fundamental do Ministério da Educação, tem por objetivo primeiro “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

Qual dos quadros abaixo reflete a atual organização da educação básica, em termos de idade esperada para a matrícula, conforme a legislação em vigor?

(A)

Etapa da Educação Básica	Idade esperada para matrícula
Educação Infantil	Até 4 anos
Ensino Fundamental	De 5 a 13 anos
Ensino Médio	De 14 a 16 anos

(B)

Etapa da Educação Básica	Idade esperada para matrícula
Educação Infantil	Até 4 anos
Ensino Fundamental	De 5 a 14 anos
Ensino Médio	De 15 a 17 anos

(C)

Etapa da Educação Básica	Idade esperada para matrícula
Educação Infantil	Até 5 anos
Ensino Fundamental	De 6 a 14 anos
Ensino Médio	De 15 a 17 anos

(D)

Etapa da Educação Básica	Idade esperada para matrícula
Educação Infantil	Até 6 anos
Ensino Fundamental	De 7 a 15 anos
Ensino Médio	De 16 a 18 anos

(E)

Etapa da Educação Básica	Idade esperada para matrícula
Educação Infantil	Até 6 anos
Ensino Fundamental	De 7 a 14 anos
Ensino Médio	De 15 a 17 anos

57

Segundo o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, serão atendidos no âmbito do Pnaes - Programa Nacional de Assistência Estudantil:

- (A) prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de ensino médio ou com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
- (B) prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
- (C) exclusivamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até dois salários mínimos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
- (D) exclusivamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, eximidos os requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
- (E) exclusivamente estudantes oriundos da rede pública de ensino fundamental ou com renda familiar *per capita* de até dois salários mínimos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

58

No contexto de uma nova configuração de qualidade educacional, o Ministério da Educação criou no ano de 2007 o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, programa estratégico do PDE, teve como objetivo central estabelecer o alcance de metas e melhoria dos indicadores educacionais através de arranjos federativos.

A partir da adesão ao Plano de Metas, os estados, os municípios e o Distrito Federal passaram a elaborar os Planos de Ações Articuladas – PAR, os quais, visando a fomentar o regime de colaboração por meio da execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, constituem

- (A) uma ferramenta de planejamento, de operacionalização e de avaliação das políticas educacionais, criadas dentro dos moldes de um Estado federativo.
- (B) uma estratégia para divulgação dos resultados de exames de larga escala, com vistas a fornecer informações à sociedade.
- (C) um instrumento de planejamento local, que visa a atribuir exclusivamente aos entes federados a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências técnicas e financeiras de gestão.
- (D) um mecanismo indutor de políticas intersetoriais, de caráter centralizado, coordenado e elaborado pelo Governo Federal/FNDE.
- (E) um mecanismo indutor de políticas intersetoriais num contexto que combina descentralização e políticas de *accountability* nas redes públicas municipais.

59

O PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) define a missão da IES (Instituição de Educação Superior), bem como as metas e os projetos a serem desenvolvidos em um determinado período de tempo, fornecendo as bases para a elaboração do PPI (Projeto Pedagógico Institucional). Um dos indicadores a ser avaliado, em relação ao PDI, é a sua articulação com as avaliações externas.

Nesse sentido, para fixar diretrizes pedagógicas que se configurem como nitidamente impactadas pelas avaliações externas, as IES devem

- (A) estimular a produção acadêmica e a concessão de bolsas de monitoria para o direcionamento de políticas institucionais e ajustes no PDI.
- (B) fomentar a participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios para o direcionamento de políticas institucionais e ajustes no PDI.
- (C) implementar plano de carreira unificado para legitimar o direcionamento de políticas institucionais e ajustes no PDI.
- (D) desenvolver programas de avaliação docente com vistas a direcionar políticas institucionais e ajustar o PDI.
- (E) considerar os resultados do Enade como subsídio para o direcionamento de políticas institucionais e ajustes no PDI.

60

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que as instituições públicas de educação superior devem pautar sua gestão no princípio da gestão democrática, estando assegurada a

- (A) escolha de dirigentes, através de indicação em assembleias de professores.
- (B) escolha de dirigentes através de eleição com participação paritária da comunidade acadêmica.
- (C) existência de órgãos colegiados deliberativos com participação dos segmentos da comunidade institucional, local e regional.
- (D) existência de órgãos colegiados deliberativos com participação paritária dos segmentos da comunidade institucional, local e regional.
- (E) existência de órgãos colegiados deliberativos com participação paritária dos segmentos da comunidade institucional, local e regional e escolha de dirigentes através de eleição com participação paritária da comunidade acadêmica.



61

Um dos debates recorrentes no campo do currículo diz respeito à definição de pressupostos teóricos metodológicos e orientações que organizem o ensino, considerando não só os conhecimentos universais como, também, a multidimensionalidade do ensino-aprendizagem e, portanto, a perspectiva do diálogo cultural.

Segundo Candau (2009), “trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo”. Para a autora, a perspectiva do multiculturalismo pode ser classificada a partir de três grandes abordagens: o multiculturalismo assimilacionista; o multiculturalismo diferencialista, também denominado de monoculturalismo plural; e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade.

No âmbito das políticas educacionais, a aprovação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, visa a dar um tratamento transversal ao currículo, na perspectiva de um diálogo multicultural de caráter

- (A) assimilacionista
- (B) diferencialista
- (C) intercultural
- (D) assimilacionista e diferencialista
- (E) assimilacionista e intercultural

62

A Conferência Nacional de Educação, realizada em 2010 com a participação de amplos setores da sociedade brasileira, reafirmou a importância do CAQ – Custo Aluno/Aluna Qualidade – como componente relevante para a gestão das políticas públicas na educação básica e para a redução das desigualdades observadas na educação brasileira.

A construção do CAQ visa, a partir do que propugna a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

- (A) garantir que sejam atingidos os padrões mínimos de qualidade de ensino para a educação, através de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.
- (B) assegurar condições técnicas de gestão de pessoal, através da valorização dos profissionais de educação.
- (C) diagnosticar as condições de infraestrutura das redes públicas de ensino do país, levantando as demandas para os estudantes.
- (D) implantar políticas de financiamento e responsabilização na educação básica, na perspectiva da descentralização.
- (E) definir os valores de investimento para a melhoria de insumos relacionados à infraestrutura que interferem na qualidade do ensino.

63

O Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – reforçou no panorama brasileiro a centralidade da avaliação, do alcance de metas educacionais e de arranjos federativos indutores do regime de colaboração. A necessidade de criar um índice que estabelecesse padrões para monitorar os sistemas de ensino no Brasil, tomou como referência dois indicadores que expressam a qualidade da educação.

Quais são esses indicadores sintetizados pelo Ideb?

- (A) Taxa de participação dos pais nas reuniões e nos processos decisórios da escola e média de desempenho em exames padronizados.
- (B) Taxa de distorção idade-série e média de desempenho em exames padronizados.
- (C) Fluxo escolar e taxa de distorção idade-série.
- (D) Fluxo escolar e taxa de participação dos pais nas reuniões e nos processos decisórios da escola.
- (E) Fluxo escolar e média de desempenho em exames padronizados.

64

A conservação de documentos eletrônicos, quando voltada à manutenção da integridade física, da identificação e da legibilidade dos documentos, refere-se à conservação da

- (A) disponibilidade
- (B) inteligibilidade
- (C) acessibilidade
- (D) imparcialidade
- (E) naturalidade

65

Quando se organiza um arquivo, a escolha do método ideal de classificação é fundamental para que o acesso ao documento seja eficaz. O método de arquivamento dígito-terminal surgiu a partir da necessidade de minimizar os erros no arquivamento de grandes volumes documentais, sendo o elemento principal de identificação o número.

Com base nesse método, os números, dispostos em três grupos de dois dígitos cada um, são lidos da(o)

- (A) esquerda para a direita
- (B) direita para a esquerda
- (C) metade para o fim
- (D) metade para o início
- (E) maior para o menor

66

O método alfabético utiliza as regras de alfabetização para a organização de documentos, os quais podem obedecer ao critério de letra por letra ou ao de palavra por palavra.

Se for utilizado o critério de palavra por palavra, os nomes 1 – Monteiro, 2 – Montenegro, 3 – Monte Carlo, 4 – Monte Azul e 5 – Monte Sinai devem ser organizados na seguinte sequência:

- (A) 1,2,4,3,5
- (B) 3,2,1,4,5
- (C) 1,4,3,2,5
- (D) 5,3,4,2,1
- (E) 4,3,5,1,2

67

A tabela de temporalidade de documentos determina, principalmente, o prazo de guarda dos documentos no arquivo

- (A) permanente
- (B) histórico
- (C) morto
- (D) corrente
- (E) inativo

68

1º período analisado

Nos anos 90, todo o espectro de políticas sociais e econômicas esteve sob a influência da chamada Agenda Neoliberal. O conjunto de propostas assumiu um caráter abrangente, com implicações para além das fronteiras nacionais, o que confere especificidade à década.

2º período analisado

Quanto à política para o ensino superior, no quadro de esgotamento do crescimento privado, trata-se não mais de priorizar a expansão de matrículas, cursos e instituições particulares, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes. O Programa Universidade para Todos (ProUni) surgiu, em 2003, acompanhado por um discurso de justiça social (...) e, novamente, mantém-se o incentivo recomendado pelo BIRD à iniciativa privada.

Conclusão

É possível concluir que a agenda de reformas do ensino superior nos dois períodos analisados é permeável às políticas macroeconômicas no que tange à reestruturação da produção e à reforma do Estado.

CARVALHO, C. H. A. de. **Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006)**: ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. Adaptado.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337-Int.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2013.

Nesse sentido, segundo o texto, a política educacional nas últimas décadas tem ficado a reboque dos interesses da(s)

- (A) tecnocracia acadêmica, nos moldes dos interesses corporativos
- (B) economia, nos moldes das recomendações de organismos transnacionais
- (C) identidade cultural, nos moldes do reconhecimento das origens do povo brasileiro
- (D) pesquisa científica, nos moldes do avanço dos cursos de pós-graduação
- (E) demandas da sociedade, nos moldes das estratégias eleitorais dos políticos

69

Considere os assuntos dispostos a seguir:

Pesquisas

- Administração
- Arquivologia
- Economia
- Psicologia

Na organização de um arquivo pelo método duplex, os assuntos acima devem ser organizados de acordo com a seguinte ordem e estrutura:

- (A) 1, 2, 3, 4, 5
- (B) 1, 1-1, 1-2, 1-3, 1-4
- (C) 100, 200, 300, 400, 500
- (D) 10, 20, 30, 40, 50
- (E) 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5

70

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12303:sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes-&catid=270:sinaes&Itemid=609>. Acesso em: 24 out. 2013.

A operacionalização dos processos de avaliação do Sinaes é de responsabilidade do

- (A) Sisu - Sistema de Seleção Unificada
- (B) ProUni - Programa Universidade para Todos
- (C) FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- (D) Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- (E) Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais